

Editorial

Os desafios do País!

O nosso País enfrenta diversos e simultâneos desafios, os quais exigem de todos nós subsídios e contributos que ajudem a conduzir este grande barco para porto certo. Aliás, tem sido esse o espírito da Presidência Aberta, sobretudo naquela parte em que o Presidente da República abre espaço para que o público presente nos seus comícios se pronuncie sobre os problemas do País.

Nós também, deste nosso comício popular, temos direito à palavra, direito a opinar sobre os desafios nacionais e, também, sobre a forma de os enfrentar e atacar.

Vivemos num país ainda com índices de produtividade baixíssimos, e com um elevado défice de cultura de trabalho, mas onde, estranhamente, não está sendo visível nenhuma política pública estimulando maiores índices de produtividade, nem a incentivar-se uma atitude de "agressividade" do moçambicano perante o trabalho. Antes, pelo contrário, estamos, todos os dias, a assistir a eventos públicos impeditivos de trabalho e estimulantes de gastos supérfluos daquilo que, muitas vezes, nem, sequer, somos capazes de produzir.

Se este País pegasse no que gasta, num ano, em Presidências Abertas e o investisse, por exemplo, na construção de uma frota de helicópteros da Força Aérea de Moçambique, o resultado disso seria que, em pouco tempo, o País deixaria de gastar milhares de dólares, por hora, no aluguer dos seis helicópteros estrangeiros que, habitualmente, acompanham o nosso Chefe de Estado em visitas aos distritos da sua própria terra e, adicionalmente, teria, como mais-valia, o incremento da verdadeira auto-estima do povo moçambicano ao ver o seu Chefe de Estado a desembarcar, nas aldeias, de helicópteros com a bandeira nacional e ostentando as insígnias das nossas Forças Armadas.

Só essa atitude valeria, em termos pedagógicos, mais do que 500 discursos a apelar à auto-estima dos moçambicanos, pois, como reza uma máxima popular, uma imagem fala muito mais do que mil palavras.

Por outro lado, é inacreditável que este País, cerca de 35 anos depois da sua Independência Nacional, não tenha nem um único avião da Força Aérea, destinado à protecção do seu espaço aéreo, nem uma lancha, sequer, para a defesa da sua extensa costa marítima, de cerca de três mil quilómetros, das investidas externas que, à revelia do nosso Estado, usam e abusam dos nossos recursos marinhos, desse modo enriquecendo os seus países e agravando, em contrapartida, a pobreza dos moçambicanos. E isto quando se sabe que, pelo menos meios aéreos, Moçambique já os teve, os quais, porém, acabaram desaparecendo sem deixar rastros...

É, igualmente, caricato e vergonhoso que sempre que se registre um incêndio no Xai-Xai, por exemplo, tenha de sair, de Maputo, o lento-camião dos bombeiros para, apenas, realizar, por lá, uma tentativa de debelar o fogo, já que só lá chega após três horas do início do sinistro, muitas vezes para regar as cinzas e o húmus deixados pelas chamas. Aliás, Xai-Xai é apenas um exemplo, já que, com a excepção de Maputo e Beira, é, praticamente, inexistente o tal Serviço Nacional de Bombeiros, um serviço que, em países normais, está devidamente representado em cada distrito, dada a probabilidade de os sinistros deitarem abaixo anos de investimentos pessoais e públicos, para além de, potencialmente, ceifarem preciosas vidas humanas.

Se o Governo de Moçambique não decidir orçar a aquisição de helicópteros e aviões militares para a sua Força Aérea e barcos militares para a sua Marinha de Guerra, este País continuará incompleto, do ponto de vista da sua soberania, e continuará dependente e, exaustivamente, explorado por *lobistas* e intermediários, estes que sempre mostrarão onde ficam as melhores companhias estrangeiras de aluguer de helicópteros, para, neles, o nosso Presidente poder ir aos distritos ver o seu povo, com isso ganhando, tais *lobistas* e intermediários, chorudas comissões pela prestação desse "serviço"! É assim que cada Presidência Aberta constitui uma soberana oportunidade de negócios para esses *lobistas* e intermediários, tudo isso à custa do esforço do povo moçambicano, que paga bastantes impostos.

Que fique claro que nós nunca estivemos contra nenhuma Presidência Aberta. Simplesmente, apelamos à racionalidade e à bastante ponderação na tomada de certas decisões que impliquem custos avultados ao erário público, sobretudo em se tratando de decisões que devam ser coerentes com o discurso oficial, segundo o qual, a crise financeira internacional já se instalou em Moçambique.

A propósito da falta de coerência, registre-se o seguinte facto: No dia 29 de Maio passado, terminou em Chidenguele, província de Gaza, um Conselho Coordenador do Ministério de Indústria e Comércio (MIC), o tal Ministério campeão do slogan "Produza, Consuma e Exporte Moçambicano - Made in Mozambique". Só que os delegados à magna reunião ministerial foram transportados em dois autocarros luxuosos sul-africanos, tipo jumbo, tanto na ida como na volta, deixando sem esse negócio a nossa querida TPM, que igualmente possui autocarros de luxo para aquele tipo de turismo que o MIC ia fazer para as lindas praias de Chidenguele! Onde é que está a seriedade de um Ministério que gasta

milhões do dinheiro, que não produz, em publicidade, para nós consumirmos o produto nacional se ele, à mínima oportunidade que apanha de ir a Chidenguele, já não se lembra de consumir produto nacional algum? Será que há alguma seriedade e coerência no discurso deste Ministério? Em países onde os governos cuidam seriamente da sua imagem, o responsável desse pelouro seria demitido, por embarçar o Governo, ao prejudicar uma empresa pública nacional, para favorecer uma firma estrangeira e por tomar atitudes contrárias ao que ele próprio anda a propalar.

Mas, lá está, quem é que pode demitir esse ministro, se ele, apenas faz, em miniatura, aquilo a que assiste, todos os dias, em tamanho maior?

Esta semana, o Presidente da República está a visitar a província de Gaza. Certamente que, caso vá ao Chókwè, há-de, por lá, ser bombardeado com os problemas relacionados com a produção de arroz no regadio. É que o Governo mobilizou mais de 100 milhões de meticais (billões na linguagem antiga) para o cultivo de arroz no Chókwè. O dinheiro foi dado aos agricultores locais, sob forma de crédito e foi assim que eles plantaram arroz em mais de seis mil hectares. O arroz ficou maduro, e o mesmo Governo, que enfeitou dinheiro para a produção, não consegue garantir auto-combinadas suficientes para a colheita do cereal. Resultado: o arroz que mataria a fome ao povo está a apodrecer, a estragar-se nos campos. Outro, que apanha a humidade da cacimba matinal, está a germinar, tornando-se impróprio para o consumo. O Governo possui, apenas, 11 auto-combinadas (máquinas) para a ceifa de arroz em mais de seis mil hectares, pelo que é impossível conseguir-se essa empreitada em tempo útil.

Na região do Baixo Limpopo, arredores do Xai-Xai, uma auto-combinada está, em vão, a tentar ceifar 800 hectares de arroz, o que já está a desmotivar os agricultores, os quais terão imensas dificuldades para reembolsar o dinheiro recebido para a produção, pois o seu trabalho foi gravemente prejudicado pela incapacidade de o Governo prever uma logística completa, para uma produção rentável de arroz. Será preciso fazer-se uma Presidência Aberta, para se prever uma cadeia completa de produção de um determinado produto nacional?

Precisamos, insistimos, de parar de correr, para, em contrapartida, analisarmos se a nossa correria está a valer alguma coisa, isso sob pena de, após longa correria, virmos a constatar que as coisas estão piores que antes do início da correria. ■